

Em sessão histórica para o Chapão, CO rejeita fusão Rosana/Prudente e aprova propostas dos servidores em minuta sobre a AJ da Universidade

Com caráter extraordinário, a sessão do Conselho Universitário (CO) da Unesp foi convocada para 3/7/2020 com o objetivo de analisar os pontos pendentes da reunião anterior, de 26/6. Eram três as pendências: a minuta de resolução que modifica o regulamento interno da Assessoria Jurídica da Universidade; a transformação de Rosana e Presidente Prudente num único campus; e a minuta de resolução sobre a carreira de pesquisador da Unesp. A reunião estendeu-se até o início da noite e o terceiro ponto, sobre a carreira dos pesquisadores, não foi discutido.

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do Chapão Sintunesp/Associações, este boletim traz um apanhado sobre as discussões e encaminhamentos da sessão, realizada virtualmente por meio do Google Meet. A atuação firme e combativa dos membros do Chapão foi fundamental nas discussões, como veremos a seguir.

Regulamentação da AJ da Unesp

O primeiro item analisado foi a proposta de Minuta de Resolução que propõe a reorganização da Assessoria Jurídica da Unesp. O assunto havia sido debatido por quatro horas na reunião do CADE, em junho.

De acordo com o reitor Sandro Valentini, a necessidade de pautar essa reestruturação deve-se à exigência do Ministério Público, após ter recebido denúncias de que haveria irregularidades, num processo que vem se arrastando na Unesp desde o último ano da gestão anterior e que, agora, exige uma resposta da Universidade. Segundo o pró-reitor Leonardo Theodoro Büll, o último prazo concedido pelo MP encerra-se em 31/7/2020. Basicamente, a exigência do MP é que o mecanismo de entrada de procuradores na Universidade se dê por concurso público. Com a proposta apresentada, a carreira do procurador passa a ser semelhante ao do servidor técnico-administrativo: entra como advogado (escala 39-A).

O assessor-jurídico chefe da Unesp, Edson Cabral, fez a exposição do tema, auxiliado por outros membros da AJ. Ele disse que a estrutura proposta atende ao exigido pelo MP, de ingresso dos procuradores por concurso público, e que, dentre as três universidades, a Unesp tem a menor AJ.

O assunto rendeu longa discussão. Membros do Chapão Sintunesp/Associações destacaram o fato de que os altos salários dos membros da AJ da Unesp suscitam muitos questionamentos na comunidade, uma vez que, dos 10 maiores salários da Unesp, ao menos 5 vinculam-se à AJ. Eles ponderaram que é importante estabelecer, assim como pede o MP, um novo sistema de ingresso, com advogados contratados por concurso público, e que a proposta de vincular estes profissionais à carreira dos servidores técnico-administrativos é bem vista.

Os conselheiros do Chapão manifestaram preocupação com a possibilidade de a reitoria, na base da “canetada”, abrir os concursos para a AJ, sem passar pelo crivo da Comissão de Orçamento do CADE e do próprio CADE. Sobre esta questão, o professor Büll disse que a Universidade só poderá abrir qualquer tipo de concurso, com aumento de despesa, a partir de janeiro de 2022. Os conselheiros também estranharam o fato de que a minuta vincula as contratações ao regime autárquico, sendo que os novos concursos vêm ocorrendo em regime CLT. Neste ponto o Assessor-Chefe da AJ limitou-se a dizer que, quando ocorrerem, as contratações se darão por regime CLT.

Também foi destacada a situação geral da Universidade, que pena com a falta de servidores docentes e técnico-administrativos em quase todas as áreas, e não apenas na AJ. Colocada em votação, a minuta foi aprovada por 56 votos, com 18 contrários e 8 abstenções, mas sem prejuízo de destaques. Na visão de conselheiros do Chapão, a reorganização aprovada não atende o solicitado pelo MP e, no futuro, ainda poderemos ter problemas, conforme apontado em parecer da Assessoria Jurídica do Sintunesp, [que pode ser conferido no site do Sindicato, na seção destinada ao Jurídico.](#)

Após a aprovação da minuta, conselheiros do Chapão fizeram questionamentos em relação a alguns artigos. Um deles foi o artigo 6º, no parágrafo 2º, que previa o recebimento de Gratificação de Representação (GR) para o Assessor Jurídico subchefe. Os conselheiros justificaram a defesa da supressão por entender a GR deve ser paga somente nos impedimentos legais do Assessor-Chefe da AJ, ou seja, nas férias, licenças e outros impedimentos, como ocorre com todos os supervisores, diretores de áreas, chefes de departamentos. Eles também fizeram um comparativo da GR recebida por um Diretor de Unidade, que é de R\$ 3.643,11 (ou 58,85% da GR do Reitor),



enquanto do subchefe da AJ é de R\$ 3.404,78 (ou 55% da GR do Reitor), lembrando que um diretor de unidade tem uma responsabilidade muito grande.

A proposta dos conselheiros do Chapão foi colocada em votação e aprovada pela grande maioria dos conselheiros presentes, com 44 votos favoráveis, 26 contrários e 4 abstenções!

Outra proposta vitoriosa dos membros do Chapão foi em relação ao artigo 12, que dizia que, para a função de Procurador da Universidade correspondem vencimentos equivalentes ao Nível 49 da Escala de Vencimentos e Salários. Os conselheiros argumentaram que, se a ideia é seguir o encarecimento de vencimentos dos servidores técnico-administrativos, a passagem de advogado para procurador não poderia saltar de 39 para 49, mas sim para 43. O item foi colocado em votação e, novamente, a proposta dos membros do Chapão foi aprovada, desta vez com um voto de diferença: 36 votos favoráveis, 32 contra e 3 abstenções.

Ainda houve outras mudanças, como a determinação de que as funções de procurador da Universidade sejam exercidas “obrigatoriamente” por advogados integrantes do corpo funcional, e não “preferencialmente”, como constava. Essa proposta já havia sido aprovada na reunião do CADE, em junho.

Também foi aprovado um adendo de que a AJ deve ser “dotada de autonomia técnica em relação a quaisquer instâncias e autoridades da Universidade”.

Debate sobre fusão expôs mazelas da expansão e direitos da comunidade

A proposta de fusão entre os *campi* de Rosana e Presidente Prudente propiciou um debate bem interessante no CO. Por iniciativa dos conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações e, também, com a contribuição de membros do Chapão da Adunesp, a discussão foi mais aprofundada.

Quem estava na histórica sessão do Conselho Universitário em 2002, realizada no campus de Araçatuba, em meio a uma forte presença policial, a pedido do então reitor José Carlos de Souza Trindade, sabe que a situação dos *campi* experimentais tem suas raízes ali. Naquele início dos anos 2000,

havia uma pressão grande do governador da época, o tucano Geraldo Alckmin, ancorado em seus interesses eleitoreiros, de que as universidades estaduais paulistas rapidamente expandissem cursos e *campi*. As entidades sindicais (Sintunesp e Adunesp) e do movimento estudantil deixaram clara a sua defesa da expansão de vagas públicas, mas destacaram a farsa embutida no pacote: os novos cursos e *campi* viriam sem a garantia de recursos perenes. A falta de financiamento necessário cobrou seu preço nos anos seguintes.

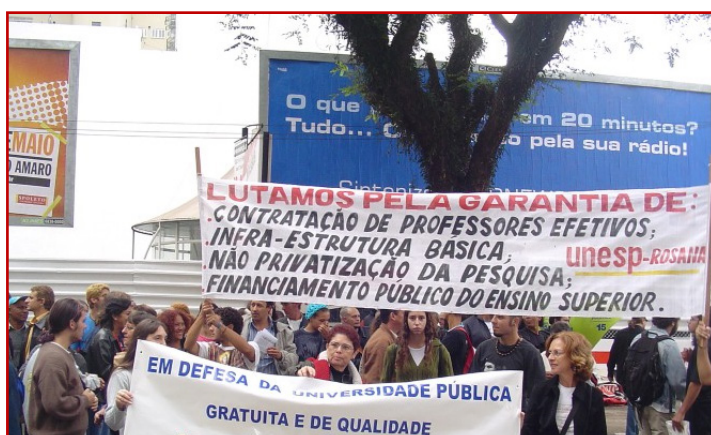
Sintunesp e Adunesp – junto com o Fórum das Seis – nunca deixaram de lutar pela ampliação de recursos públicos para as três universidades, ao mesmo tempo que sempre reivindicaram das reitorias uma postura pública de cobrança junto ao governo do estado, o que raramente ocorreu nestes últimos anos.

Fechar *campi* ou cursos para solucionar o problema é inaceitável. As novas unidades são relevantes não só para os servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes que ali se fixaram, mas também para as comunidades regionais, pois é inegável o papel social e econômico que cumprem. A luta agora é por garantir o financiamento necessário e permitir que estas unidades se desenvolvam e se consolidem.

Tudo isso foi abordado no debate sobre a proposta de fusão de Rosana com Prudente. Os conselheiros do Chapão destacaram a situação de angústia e incerteza que vivem os servidores, a maioria estabelecida na cidade com suas famílias e residências. Ao mesmo tempo, reforçaram a necessidade de discussão mais ampla sobre a sustentabilidade dos cursos locais – Turismo e Engenharia de Energia –, como sugerido pelo Conselho Diretor de Rosana, mas sem atrelamento a qualquer proposta de fechamento do campus.

Vários conselheiros pediram a palavra falando contra a fusão. Percebendo que a proposta sairia derrotada, a reitoria buscou uma forma que remetesse o assunto para outras instâncias, de modo a voltar para o colegiado posteriormente. Por insistência dos conselheiros do Chapão, a proposta de fusão foi colocada em votação, sendo rejeitada por ampla maioria: 57 votos contrários, 14 a favor e 5 abstenções.

O Chapão Sintunesp/Associações cumpriu seu papel em defesa dos trabalhadores e da educação pública!



A comunidade de Rosana tem história de luta em defesa da educação pública: À esquerda, em ato do Fórum das Seis, em frente à reitoria da Unesp, em maio de 2005. À direita, passeata estudantil em Rosana, em maio de 2019